



RUI COUTO VIANA

## SNC apresenta excesso de divulgações obrigatórias

Por Jorge Magalhães

**Rui Couto Viana diz que a normalização contabilística nacional precisa de actualização mas o SNC apresentado pela Comissão de Normalização Contabilística deixa-o com dúvidas. Pragmático, este docente universitário afirma que, independentemente do sistema adoptado, a fraude contabilística nunca será eliminada, defendendo, por isso, um reforço da actividade dos reguladores.**

Rui Manuel Pinto Couto Viana tem 37 anos mas a sua juventude não o impede de ser já doutorado em Ciências Empresariais. Chegou a esse patamar em 2006, na Faculdade de Economia da U. do Porto, onde é professor auxiliar desde Dezembro desse ano e na qual fez todo o seu percurso académico. Leccionou noutras instituições de ensino superior e tem mantido intensa actividade académica e profissional, participando em inúmeros encontros científicos e em projectos de investigação internacional. Para além de TOC, está igualmente inscrito na ADCEs e na Ordem dos Economistas.

Vê com bons olhos a adopção das normas internacionais mas mostra-se céptico sobre a capacidade das empresas portuguesas cumprirem muitas das divulgações exigidas. Rui Couto Viana, professor na Faculdade de Economia da Universidade do Porto e doutorado em Ciências Empresariais, acredita, contudo, que o SNC acabará por constituir uma «oportunidade» para os TOC, profissionais que são, cada vez mais, «respeitados» pela sociedade mas aos quais o futuro cobrará

«mais exigência». Especialista em Contabilidade de Vinho, este docente acredita ainda ser fundamental mais actividade reguladora sobre os mercados de capitais, sobretudo sobre os derivados, mas acentua que a normalização nunca conseguirá, só por si, eliminar a fraude contabilística.

**TOC – Terminou, recentemente, o período de discussão pública sobre o Sistema de Normalização Contabilística. Que méritos e problemas encontra**

**no proposta oriunda da Comissão de Normalização Contabilística?**

**Rui Couto Viana** – Julgo ser importante afirmar que a normalização contabilística nacional necessita de actualização, quer de natureza conceptual quer ao nível das regras contabilísticas que preconiza no sentido da adaptação à realidade económica dos nossos dias, que em muito difere da existente nos anos 70. O actual contexto económico tornou-se mais complexo e dinâmico e as empresas, na sua maioria, operam em mercados cada vez mais globais. Esta realidade coloca novos desafios à informação contabilística e aos seus profissionais.

Julgo que o surgimento do Sistema de Normalização Contabilística, enquanto processo de modernização da normalização contabilística portuguesa e de aproximação a padrões internacionais, é importante e desejável. No entanto, todos temos consciência de que é impossível obter um sistema perfeito e totalmente consensual.

Estou satisfeito com o processo de implantação ponderado e aberto que está a ser levado a cabo pela CNC e pelo governo. O principal problema que antevejo é uma leitura menos ponderada da realidade económica e dos agentes portugueses. Notemos que estamos a falar de um sistema base-

ado nas Normas Internacionais de Contabilidade que são desenvolvidas para as empresas presentes nos mercados financeiros internacionais e de actuação global. Todos nós gostaríamos de ter uma normalização feita à nossa medida. É compreensível que tal não seja igualmente a solução óptima. Vejo que o SNC proposto apresenta, no meu entender, um excesso de divulgações obrigatórias em muitas normas. Fico com muitas dúvidas sobre a capacidade das empresas de cumprirem tal número de divulgações. Algumas normas ligadas aos produtos e ao sistema financeiro apresentam níveis de desenvolvimento talvez exagerado para as empresas portuguesas. A norma das locações é um exemplo da excessiva preocupação com a “colagem” à normalização internacional, em detrimento da adaptação à realidade a que vai ser aplicada.

De uma forma global, sinto-me mais próximo de uma alteração do tipo “Parte I” – prevista no documento elaborado pela Comissão Eventual sobre o Novo Sistema de Normalização Contabilística criada pela CTOC e que já foi entregue à Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais – do que uma solução “Parte II”. É um convite à leitura do documento disponível no sítio da Câmara.

**TOC – A CTOC, na falta de qualquer discussão pública visível, viu-se obrigada a promover um ciclo de debates em todo o País para debater esta problemática. A falta de interesse das entidades públicas em discutir o assunto é aceitável?**

**R. C. V.** – Não sei, sinceramente, se estamos perante um problema de falta de interesse ou simplesmente de prioridades políticas. No entanto, gostei de ver a presença do ministro das Finanças e do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais na apresentação pública do Sistema de Normalização Contabilística realizada em Abril pela Comissão de Normalização Contabilística.

**TOC – O presidente da CTOC, ainda há pouco tempo, interrogava-se num artigo nesta mesma revista se o SNC seria uma ameaça ou oportunidade para os profissionais. Qual a sua posição?**

**R. C. V.** – Tenho para mim como uma oportunidade. O valor da mudança pode ser sempre realçado quando temos uma atitude de aproveitamento das oportunidades criadas. Sempre gostei dos desafios que nos permitem evoluir profissionalmente, e o SNC vai ser exigente para nós enquanto profissionais e/ou académicos, mas vai igualmente elevar a profissão para um outro patamar de prestígio. Acres-

ce que a aproximação da normalização nacional à normalização internacional, e concretamente à da União Europeia, comporta em si sinergias potenciais para os TOC que importa não esquecer.

### **NIC têm suporte teórico válido**

**TOC – As NIC são a capitulação da cultura latina às ideias anglo-saxónicas?**

**R. C. V.** – As NIC são uma consequência da globalização da economia. Para Portugal, como país membro da União Europeia, as NIC surgem como mais uma consequência directa da nossa presença na Europa. Como sabemos, e está comprovado por vários estudos empíricos, o processo diplomático e político subjacente à emissão das directivas comunitárias sobre os aspectos contabilísticos não conduziu a uma efectiva e necessária harmonização contabilística dentro da Europa. O trabalho desenvolvido pelo IASB desde há muitos anos permitiu que as suas normas se posicionassem como uma solução eficiente e eficaz para se atingir a harmonização necessária para a concretização da Estratégia de Lisboa.

**TOC – Há quem veja nas NIC, como por exemplo, Lopes de Sá ou Rogério Fernandes Ferreira, a porta aberta para a fraude, dada a ausência da ciência destas normas. Partilha deste ponto de vista?**



**«As NIC surgem como mais uma consequência directa da nossa presença na Europa», sustenta Rui Couto Viana**

**R.C.V.** – Não encaro as NIC com os mesmos receios dos colegas Lopes de Sá e Fernandes Ferreira. Julgo até que o suporte teórico das NIC é válido, mas é um suporte teórico, não o único possível, naturalmente. Aceito que outros tenham uma visão para a Contabilidade diferente da do IASB. Mas como em muitas outras áreas da Economia, a visão anglo-saxónica tem assumido predominância. Para quem conhece a estrutura conceptual do IASB e a forma como ela surgiu e foi aprovada, sabe que o debate teórico que lhe esteve subjacente foi forte. O mesmo se passa com a reformulação que esta estrutura está actualmente a sofrer no âmbito do projecto de convergência entre o IASB e o FASB. O suporte teórico existe.

No que se refere à fraude, gostava de afirmar que o sistema “A” ou “B”, a visão “X” ou “Y” para a Contabilidade, não eliminam por completo a fraude. Todos sabemos que é assim. Julgo que o caminho a seguir é o da regulação e do controlo de qualidade aos profissionais, preparadores, auditores ou revisores. A normalização é importante mas nunca conseguirá, de *per si*, eliminar a fraude contabilística.

### Escândalos e falseamento de informações

**TOC** – Os oito anos do século XXI têm sido férteis em casos de fraude em grandes empresas, sobretudo norte-americanas, fruto de uma contabilidade demasiado permissiva ou “criativa”. Com a adopção das NIC não se corre o risco de importar para a Europa esse modelo que tantos dissabores tem causado aos investidores?

**R.C.V.** – Julgo que estaremos, em primeiro lugar, a falar de um problema ético e deontológico. Como referi anteriormente, o papel dos reguladores vai ser cada vez mais importante para a Contabilidade e para a qualidade da informação contabilística. Sinceramente, considero a função dos reguladores fundamental para a evolução da profissão em Portugal e no mundo. Também tenho dúvidas que a ausência de divulgação pública de casos de fraude na Europa continental signifique a ausência de fraudes. Não gosto da visão a preto e branco da normalização contabilística. De um lado, a normalização perfeita que evita todos os males do mundo e que atinge todos os objectivos do relato contabilístico e, do outro, a normalização que comporta todos os males do mundo.

### Alterações no modo de financiamento do IASB

**TOC** – É membro do INTACCT, um projecto europeu sobre aplicação das IFRS nos Estados membros. Que actividades se têm desenvolvido ao abrigo desta iniciativa e que balanço faz?

**R.C.V.** – O projecto INTACCT constitui-se como uma rede de investigadores de dez universidades europeias coordenadas pela Universidade de Lancaster (Reino Unido) e da qual a Universidade do Porto faz parte. Os seus grandes objectivos são o fomento do intercâmbio de investigadores de contabilidade entre universidades da União Europeia de forma que contribua para a criação de uma nova geração de investigadores europeus na área das normas internacionais de relato financeiro e o fomento da cooperação entre os membros da indústria e da academia, designadamente, no apoio de investigação ao EFRAG e ao IASB. Trata-se de um programa financiado pela União Europeia, concretamente pelo programa Marie Curie e envolve um financiamento de 2,5 milhões de euros



**O professor universitário não tem dúvidas: apesar de a normalização contabilística ser importante nunca conseguirá acabar com a fraude**

a ser aplicado entre 2007 e 2010. A presença da Universidade do Porto neste projecto é muito importante para a investigação em Portugal.

Este projecto, coordenado na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP) pelo Prof. José Cardoso Moreira, integrou uma investigadora espanhola que desenvolveu a sua investigação com os colegas da FEP com resultados muito positivos. Vamos agora acolher uma investigadora eslovaca por um período de 18 meses para trabalhar na FEP. Note-se que o projecto é ainda recente (iniciou em 2007) e já temos resultados muito positivos. O balanço só pode, pois, ser positivo.

### **TOC – Concorda com a forma como o IASB é financiado?**

**R.C.V.** – O orçamento de 2008 do IASB, no que se refere aos fundos obtidos e às suas fontes, já apresenta uma mudança face ao passado. No entanto, constata-se que algumas firmas internacionais têm um peso eventualmente excessivo nesse financiamento. Um financiamento que provenha na sua grande maioria de instituições públicas, tal como acontece nos EUA, no sentido lato do termo, parece-me muito positivo. Estou a lembrar-me das entidades reguladoras dos mercados de valores mobiliários, dos bancos centrais, das entidades normalizadoras nacionais e das entidades reguladoras dos profissionais ligados à Contabilidade e à Auditoria.

### **Derivados devem levar a um reforço do controlo dos reguladores**

**TOC** – Como observador atento dos mercados financeiros, que comentários lhe merece a actual crise? Estaremos perto do fim ou há ainda mais surpresas desagradáveis a caminho?

**R.C.V.** – Se eu tivesse resposta para a questão... Tal como em muitas outras áreas da Economia podemos fazer previsões mais ou menos fundadas mas serão sempre previsões. Acredito na evolução da economia e dos mercados financeiros em ciclos positivos e negativos. Este ciclo negativo que vivemos vai atingir o seu fim, apenas resta saber quando é que tal vai ocorrer... No entanto, gostava de deixar claro a importância da normalização contabilística para o desenvolvimento dos mercados financeiros, enquanto veículo promotor da transparência, eficiência e confiança. Tal como o Comissário Europeu da Fiscalidade e da União Aduaneira afirmava numa recente entrevista a esta nossa revista, a adopção das NIC pelas empresas

europeias presentes nos mercados financeiros traduziu-se numa melhoria da qualidade da informação financeira prestada, facto muito significativo para os mercados.

### **TOC – Há quem veja nos *credit default swaps* (CDS) outra ameaça, dentro de dois a três anos, ao equilíbrio de todo o sistema financeiro. Partilha desta visão pessimista sobre estes derivados?**

**R.C.V.** – Os derivados quando utilizados no âmbito de uma estratégia de gestão do risco são positivos para a actividade das empresas. Existem muitos estudos empíricos que demonstram isso mesmo. Julgo que alguns tipos de derivados, porque inseridos num sector sensível para economia como o sector financeiro e bancário, devem ser alvo de livre funcionamento mas sobre um controlo regulamentar adequado. Estes produtos financeiros, ao potenciar o risco do sistema financeiro, devem obrigar a um reforço do controlo por parte dos reguladores.

### **TOC – É daqueles que pensa, como George W. Bush, que Wall Street apanhou uma enorme bebedeira e agora está de ressaca?**

**R.C.V.** – Sou daqueles que acredita que os mercados financeiros têm registado uma evolução cíclica das suas rendibilidades. Após um fase de crescimento virá, certamente, um ciclo de rendibilidades desfavoráveis. Tem sido assim e julgo que continuará a sê-lo no futuro.

### **TOC – Uma das suas áreas de especialidade é a Contabilidade de Vinho. Que especificidades encerra este sector para merecer um olhar particular?**

**R.C.V.** – A Contabilidade de Vinho tem um significado importante para os grandes países produtores como a Austrália, os Estados Unidos, a França e a Espanha. Em todos eles existe um núcleo de profissionais e académicos que se dedica ao tema com cuidado.

As áreas que têm exigido mais atenção são o reconhecimento e a valorimetria das existências, a valoração dos vinhedos e alguns aspectos ligados ao equipamento básico. Note-se, por exemplo, no período de tempo que certos equipamentos são anualmente utilizados na indústria do vinho... alguns um mês, outros nem isso.

Pessoalmente, tenho centrado a minha actuação na valorimetria das existências de longa duração, e do Vinho do Porto, em particular. Estou certo que



as mudanças que vêm aí na Contabilidade em Portugal terão reflexos neste sector, concretamente, no relato financeiro destas empresas. E, tal como já aconteceu aquando da vigência do Código da Contribuição Industrial e da introdução do Código do IRC, algumas medidas especiais ao nível fiscal deverão ser adoptadas.

Existem vários colegas em Portugal que também se têm dedicado ao tema, mas tenho colaborado exclusivamente com colegas estrangeiros na problemática da valoração dos vinhedos e das quintas.

### **Alunos mais abertos aos desafios**

**TOC – Que avaliação faz do desempenho dos alunos? Chegam à faculdade com a preparação exigida ou o panorama tem vindo a piorar nos últimos anos?**

**R.C.V.** – Devo lembrar que a Faculdade de Economia da Universidade do Porto tem conseguido, desde sempre, recrutar os melhores candidatos ao ensino superior que pretendem ingressar nas áreas da Economia e da Gestão em Portugal. Não posso deixar de estar contente com o nível de conhecimentos dos alunos que vou acolhendo. É uma honra participar na sua formação académica. Reconheço uma mudança cultural e na formação pessoal nos novos alunos. Estão mais abertos aos desafios e às oportunidades que se lhe vão deparando ao longo da sua formação. Sabem da exigência da formação e da necessidade de continuarem a evoluir depois de terminada a licenciatura. É no sentido de acompanhar esta tendência que a Faculdade tem vindo a reforçar, como é sua tradição, o seu corpo docente nas áreas da Contabilidade, Fiscalidade e Auditoria. Note-se que, de entre um corpo docente nestas áreas de quase 20 elementos, somos oito professores, dos quais sete doutorados, número este que aumentará a breve prazo.

**TOC – A aplicação do Processo de Bolonha está a ter profundas alterações na forma de ministrar o ensino? Uma licenciatura de três anos, por exemplo em Contabilidade ou Gestão, é suficiente para fornecer os conhecimentos necessários?**

**R.C.V.** – O processo de Bolonha está ainda na fase de arranque. Apesar disso, as mudanças são já relevantes. O seu efeito, contudo, far-se-á sen-

tir ainda por muitos anos. Julgo que as alterações decorrentes são profundas e muito pouco ou nada permanecerá como nos dias de hoje. Gosto de pensar que este processo vai reforçar a ideia de que a formação académica e profissional não acaba com a licenciatura. É neste espírito que adaptamos o mestrado em Contabilidade da Faculdade. Queremos receber os alunos que tiveram a sua formação inicial em áreas económicas e empresariais e que agora pretendem investir na formação em Contabilidade e Fiscalidade. O seu formato flexível permite aos candidatos optarem por uma conclusão mais académica ou mais profissional, tal como o que está subjacente ao espírito de Bolonha.

**TOC – A CTOC, como entidade reguladora da profissão, deveria adoptar o mestrado como patamar mínimo exigível para admissão?**

**R.C.V.** – No futuro os perfis dos candidatos à profissão de TOC serão, tal como em muitas outras profissões, muito diversificados. Existirão aqueles que fizeram uma formação académica na área desde os primeiros anos no ensino superior e também aqueles que, não tendo começado a sua formação ou actividade profissional na área da Contabilidade, em determinado momento ficam a ela ligados. Julgo que a CTOC deverá estar atenta a estas situações e adequar os critérios de admissão a um conjunto de formações que os candidatos vão obtendo ao longo da sua vida.

**TOC – Os jovens que apostam na Contabilidade e Gestão têm boas perspectivas de saída profissional ou o mercado está já saturado?**

**R.C.V.** – Continuo a pensar que a Contabilidade e a Gestão têm boas perspectivas de saída profissional. As exigências que se colocarão ao profissional da Contabilidade serão certamente mais elevadas, permitindo aos jovens dedicados e trabalhadores a obtenção de reconhecimento profissional e social também elevado. Julgo mesmo que as funções do profissional da Contabilidade estão hoje mais valorizadas do que há uns anos no seio da empresa. Hoje, os sistemas de informação das empresas estão cada vez mais integrados e este facto irá permitir-lhe assumir um papel de relevo nas empresas de média e pequena dimensão.

**TOC – Uma das grandes apostas da CTOC tem sido, desde o início, a formação contínua dos seus membros. Em seu entender, há uma complementaridade entre a formação académica e a formação contínua, ou daria mais importância a alguma delas?**

**R.C.V. –** A minha visão é de perfeita complementaridade. O contexto em que o TOC desenvolve a sua actividade está em permanente actualização e a formação constitui-se como ferramenta indispensável. Faz todo o sentido que, ao longo da sua carreira, o TOC opte em momentos diferentes por uma formação académica mais longa do tipo pós-graduada ou por uma formação profissional mais curta e dirigida. Tenho exemplos “diários” desta minha ideia. Como director do mestrado em Contabi-



**«O TOC é cada vez mais um profissional respeitado, com conhecimentos técnicos mais especializados», afirma o professor universitário**

lidade da Faculdade de Economia do Porto assisto à elevada procura que o mesmo tem registado, nomeadamente por parte de TOC que também fazem as formações organizadas pela CTOC. A minha ideia resulta das conversas que tenho com os candidatos do mestrado e que expressam isso mesmo: uma complementaridade entre as duas formações.

**TOC é cada vez mais um profissional respeitado**

**TOC – A CTOC tem colocado forte ênfase na elevação do nível qualitativo dos seus membros. A percepção que a sociedade tem do TOC acompanha este esforço?**

**R.C.V. –** Não tenho dúvidas sobre isso. O TOC é cada vez mais um profissional respeitado, com conhecimentos técnicos mais especializados e capazes de participar na actividade empresarial. Actualmente, o TOC já possui uma licenciatura que lhe confere conhecimentos técnicos de base sólidos e que sabe que necessita de estar em permanente actualização. A exigência da profissão assim o obriga, mas suspeito que o futuro vai ser ainda mais exigente. Julgo, por isso, que o futuro elevará o reconhecimento social ainda mais, apresentando mais obstáculos e dificuldades para aqueles profissionais que não pretendem acompanhar essas exigências.

**TOC – É um dos poucos doutorados em Portugal em Ciências Empresariais. A que se deve esta carência de doutoramentos nas áreas ligadas à Contabilidade? Há falta de apoios para desenvolver investigação?**

**R. C. V. –** A investigação em Portugal tem evoluído muito neste últimos anos. É cada vez mais frequente ver investigadores nacionais com trabalhos nas revistas internacionais de topo, como foi recentemente o caso de dois colegas meus aqui da Faculdade de Economia da Universidade do Porto que publicaram na *European Accounting Review*. No entanto, as diferenças nas condições de trabalho e de investigação face aos colegas europeus continuam a ser muitas. Refira-se, por exemplo, a dificuldade que sentimos em captar e fixar jovens investigadores em Portugal. Aliás, como referi anteriormente, a presença da FEP no INTACCT vem, de alguma forma, tentar reduzir essas diferenças e mostrar externamente que temos vindo a evoluir e que estamos no caminho correcto. ■